

ATA Nº 01/2026 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV.

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e vinte seis, às catorze horas, no auditório da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros do Conselho de Administração: A Sra. Chantelli Thayna Ritter Izeppi, a Sra. Graciela Ines Uber Gomes, a Sra. Giani Zaira Seidel, o Sr. Alan Evaristo Mengarda, o Sr. Romero Espindola e Silva, e a Diretora Presidente do TIMBÓPREV a Sra. Carmelinde Brandt. O Sr. Romero deu abertura da reunião cumprimentando a todos, iniciando a pauta da reunião ordinária do mês de janeiro: **1) Demonstrativo Financeiro de dezembro/2025:** O Sr. Romero apresentou o Demonstrativo do TIMBOPREV: **a) Receitas próprias:** informou que as receitas próprias são compostas pelas contribuições de servidores ativos, aposentados e pensionistas, pela alíquota patronal normal, as transferências de valores dos inativos e pensionistas antigos e valores da compensação previdenciária, totalizando o valor de R\$ 4.510.571,51 e o acumulado no ano de R\$ 31.523.575,76. **b) Despesas pagas:** que as despesas compreendem a manutenção do Instituto, pagamento de cinquenta e um pensionistas, quatrocentos e oito inativos, pagamento de trinta e dois inativos antigos e dezoito pensionistas antigos, bem como o pagamento de compensação previdenciária e o PASEP, totalizando o valor de R\$ 3.732.066,14 e o acumulado no ano de R\$ 31.768.907,14. O resultado entre receitas próprias e despesas antes da alíquota suplementar gerou superávit financeiro em R\$ 778.505,37 e o acumulado de 2025 apontou déficit de R\$ 245.331,38. **c) Alíquota suplementar:** a arrecadação da alíquota suplementar de 31,84% foi de R\$ 3.592.699,30, resultando, após a alíquota suplementar, em superávit financeiro de R\$4.371.204,67 no mês de dezembro e acumulado no ano de R\$ 16.804.270,68. **d) Rendimentos das aplicações financeiras:** entre rendimentos positivos e negativos de renda fixa e renda variável tivemos um total positivo de R\$ 1.728.202,86 das aplicações financeiras e um total de R\$ 20.420.224,34 no acumulado de 2025. Considerando as receitas próprias, as despesas, a alíquota suplementar e a rentabilidade dos investimentos, o TIMBOPREV teve um superávit financeiro de R\$ 6.099.407,53 no mês de dezembro e no acumulado do ano de 2025 superávit financeiro de R\$ 37.224.495,02, fechando com Patrimônio em R\$ 199.235.871,47 no mês de dezembro. **2) Prévia da Carteira de Investimentos TIMBOPREV:** O Sr. Romero apresentou o Resumo mensal da Carteira de investimentos, pontuando a distribuição dos recursos que são: 61,67% em títulos públicos; 31,13% em fundos de renda fixa; 4,24% em ativos de renda fixa; 2,58% em fundos de renda variável; 0,37% em fundos de participações e 0,00% em contas correntes. A rentabilidade da carteira do TIMBÓPREV neste mês de dezembro foi de 0,89% e a meta 0,73%, e a rentabilidade anual foi de 12,08%, e a meta anual de 9,38%. **3) Apresentação e aprovação da política de Investimento de 2026.** O Sr. Romero passou a palavra para a Sra. Carmelinde apresentar a Política de Investimentos. A Sra. Carmelinde, informou que em razão da alteração da legislação Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025 será necessário adequar a Política de Investimentos 2026, aprovada anteriormente em dezembro de 2025. A Resolução trouxe alterações que ainda deixam dúvidas em vários pontos, conforme mencionados em live realizada com a Consultoria de Investimentos em que os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos participaram. A nova versão da Política de Investimentos foi enviada aos membros do conselho para análise prévia. Em seguida passou a apresentar os principais itens alterados: a Política de Investimentos de 2026 elaborada pela Consultoria de Investimentos e devidamente aprovada pelo Comitê de investimentos, foi adequada de acordo com a Resolução CMN nº 5.272 de 18 de dezembro de 2025 e na Portaria MTP nº 1467 de 02 de junho de 2022, e alterações, levando em consideração os princípios de risco, segurança, rentabilidade, solvência, liquidez, motivação, transparência e adequação à natureza de suas obrigações; que o modelo adotado no Instituto é o de Gestão Própria. Informou que atendendo a legislação vigente, que estabelece as competências e responsabilidade dos envolvidos na gestão dos recursos, ao Diretor Presidente, Conselho de Administração, Comitê de Investimentos Consultoria de Investimentos e Gestores/Administradores/Distribuidores, além das demais responsabilidades e

obrigações estabelecidas na nova legislação. Mostrou a Meta de Rentabilidade que são as expectativas do mercado para 2026 no que se refere a: inflação, selic e juro real, bem como índice de referência a variação do IPCA, mostrando também a taxa de retorno esperada que ficou estabelecida em 5,53% ao ano (mantida da mesma forma da política aprovada em dezembro e de acordo com a orientação estabelecida no Relatório das hipóteses atuariais). Dando sequência a reunião, mostrou os limites de alocação dos recursos para o ano de 2026, que de acordo com a legislação deve observar os níveis de certificação do Pró-Gestão, essa imposição do Conselho Monetário Nacional está sendo bastante criticada por diversos órgãos e que poderá ocorrer uma possível prorrogação para entrada em vigor da legislação ou até alteração. Se ocorrer alteração na legislação ou o TIMBOPREV certificar em algum nível do Pró-gestão, a Política de Investimentos poderá ser alterada durante o ano de 2026; que os limites de alocação ficam para o TIMBOPREV, nesse momento ficam restritos aos segmentos do art. 7, I (40% - Fundos 100% títulos públicos) e 7, II (Títulos Públicos) pois não temos certificação no Pro Gestão. Apresentou ainda sobre a forma de seleção de produtos e estratégias de Investimentos, credenciamento das Instituições e cadastro dos fundos, limites de risco em termos anualizados (Volatilidade com limite de 1,00% e VaR 95% com limite de 1,70%); bem como sobre o Plano de Contingência e Transparência. Sanadas as dúvidas, e assim sendo a Política de Investimentos 2026 foi aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes do Conselho de Administração.

4) Assuntos Gerais:

a) Processo para contratação da consultoria e assessoria financeira: A Sra. Carmelinde informou que foi encaminhado processo para contratação da SMI Consultoria, por inexigibilidade de licitação no valor de R\$ 68.400,00 para doze meses, ao setor de licitações para análise.

b) Certificações: A Sra. Carmelinde informou que o Instituto recebeu o Ofício DGE 001/2026 do TCE, informando da obrigatoriedade da certificação profissional aos dirigentes, gestores de recursos, membros dos conselhos deliberativo, fiscal e comitê de investimentos dos RPPS. De acordo com a nossa legislação, Lei Complementar 411/2011, tem um membro suplente do conselho de administração e um membro suplente do conselho fiscal, ambos indicados pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Timbó e Região, que não tem a certificação. De acordo com o ofício o TCE/SC verificará o cumprimento desses requisitos em fiscalizações, inspeções e auditorias específicas ainda no exercício de 2026. Em caso de descumprimento, serão adotadas as medidas legais cabíveis, incluindo determinação de adequação imediata, independentemente da aplicação de multas e sanções aos responsáveis. Recomenda ainda que seja verificada a composição dos órgãos colegiados, a realização célere do exame de certificação básica para membros não certificados e a possível substituição, se necessário, daqueles que não possuem a certificação. O Sr. Alan se manifestou informando que o assunto será levado para a reunião da diretoria do Sindicato. A Sra. Carmelinde informou que existem servidores certificados que poderiam ser indicados pelo Sindicato. O Sr. Alan perguntou se caso trocar os membros sem certificação, os novos membros já devem estar certificados ou eles teriam o prazo de 180 dias para buscar a certificação. Diante dessa dúvida, ficou decidido solicitar orientação à Procuradoria do Município.

c) Congresso ABIPEM e ASSIMPASC: A Sra. Carmelinde informou que de 04 até 06 de março/26 acontece o congresso Abipem e Assimpasc em Florianópolis. Interessados solicitar inscrição ao TIMBOPREV.

d) Plano de Custeio Lei 3614/2025: A Sra. Carmelinde informou que a lei entrou em vigor em janeiro de 2026, sendo que serão feitos aporte de todas as entidades e alíquota suplementar de 31,84% calculado sobre o salário de contribuição dos cargos de Professor, Educador infantil e Auxiliar de Recreação Infantil. A Lei foi enviada ao Ministério da Previdência Social e temos que aguardar como será o envio das informações do DIPR que ocorrerá em março referente os meses de janeiro e fevereiro. Foi criada conta bancária separada para o valor dos aportes na Caixa Econômica Federal, para facilitar o controle e individualização dos valores. Todos os setores envolvidos foram comunicados da alteração do plano de custeio.

e) Benefícios concedidos em 2025: aposentadorias 23: sendo 09 por invalidez, 07 por tempo de contribuição, 06 por idade (direito adquirido) e 01 especial agentes nocivos saúde. Pensões 04 e óbitos 11.

f) Previs de segurados com regra de aposentadoria por média: A Sra. Carmelinde informou que a partir de 2026 o instituto fará o cálculo da média para verificar o valor

aproximado dos proventos para quem já implementou uma regra de aposentadoria ou está próximo a implementar. Isso possibilita o planejamento do servidor e também avaliação se continua trabalhando, para fins de evitar que o Instituto conclua todos os procedimentos e processo e o servidor pedir o cancelamento, optando em permanecer na atividade devido ao valor reduzido dos proventos. **g) Nova Sede Administrativa do TIMBOPREV:** A Sra. Carmelinde informou que há possibilidade de transferir a sede administrativa para o antigo prédio do SAMAE, permanecendo a locação para o arquivo no local atual (piso térreo), com possibilidade de migrar para as instalações do SAMAE quando ocorrer a concessão, com isso o Instituto não terá mais gastos com o aluguel da sala do piso superior no valor atual de R\$ 1.807,63. O Sr. Romero informou que a cessão não será totalmente gratuita, pois teremos áreas em comum, despesas de energia, despesas com limpeza e outros, mas que ainda não tem valores definidos. **h) Diretora Executiva:** A Sra Carmelinde informou que a Sra. Tereza Floriani irá começar a trabalhar no Instituto a partir de 02 de fevereiro. **i) Cálculo atuarial:** A Sra. Carmelinde informou que a avaliação atuarial está em fase de conclusão para envio das informações relativas ao formulário DRAA. Aberta a palavra, não houve manifestação. Posto isso, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros presentes e demais participantes. Timbó, 30/01/2026.

Romero Espíndola e Silva
Presidente

Giani Zaira Seidel
Membro

Chantelli Thayna Ritter Izeppi
Membro

Graciela Ines Uber Gomes
Membro

Alan E. Mengarda
Vice-Presidente

Carmelinde Brandt
Diretora Presidente Timboprev

